



# A Interlocução de Saberes na Antropologia

Danila Barbosa de Castilho  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho  
(Organizadora)

# A Interlocução de Saberes na Antropologia

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I61 A interlocução de saberes na antropologia [recurso eletrônico] /  
Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-045-2

DOI 10.22533/at.ed.452191701

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I. Castilho,  
Danila Barbosa de.

CDD 306

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A antropologia se dedica ao estudo do ser humano e suas diversas manifestações culturais, políticas e religiosas. As discussões acerca da construção da cultura, da memória, das identidades, festas, conflitos e disputas por espaços de memórias e o processo de globalização ocorrem em meio às tensões e conflitos que permeiam as relações sociais compõem o campo de estudos da antropologia.

As pesquisas antropológicas permitem estabelecer relações entre outras ciências como a história, a geografia, a sociologia, a linguística, entre outras, tornando-se um campo multidisciplinar. Podemos perceber essas relações nos textos que serão apresentados nesta obra, onde os autores ao desenvolverem suas pesquisas, sobre os mais variados temas, dialogam com autores como Eric Hobsbawn, Maurice Halbwachs, Stuart Hall, Anthony Giddens, Claude Lévi-Strauss, Mikhail Bakhtin, entre outros.

Esta coletânea, apresenta a você leitor esta diversidade característica das pesquisas antropológicas. Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>7</b>
ARTE E MEMÓRIA DO POVO INDÍGENA ASURINI DO XINGU NOS TRANÇADOS REALIZADOS NAS FLECHAS, ARCOS E CAPACETES	
Reliane Pinho de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>26</b>
AS AMEAÇAS DO DESENVOLVIMENTO: CONFLITOS E DISPUTAS PELOS BENS NATURAIS NO SEMIÁRIDO CEARENSE	
Francisco Hélio Monteiro Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>40</b>
FESTA, MERCADO E TURISMO: BLOCOS, MARACATUS E A POLÍTICA DE EDITAIS EM FORTALEZA	
Danielle Maia Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>55</b>
NEORURAIS: UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	
Ione Cristina Dantas Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>67</b>
OS “POVOS RIBEIRINHOS” E A RESERVA EXTRATIVISTA NO RIO MAPUA NO ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ, BRASIL	
Eliane Miranda Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
POR QUE NÃO?": ANÁLISE DO DISCURSO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE A UTILIZAÇÃO DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NOS PROCEDIMENTOS DE ABORTO LEGAL	
Maynara Costa de Oliveira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>98</b>
PRODUÇÃO DE MORALIDADES EM REDES DE SOCIABILIDADES GAYS E LÉSBICAS DAS CLASSES MÉDIAS ALTAS EM TERESINA	
Pâmela Laurentina Sampaio Reis	
Ana Kelma Cunha Gallas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>112</b>
PUBLICIDADE E IMAGINAÇÃO INFANTIL: AS VAMPIRAS MONSTER HIGH E A MORTE DA INFÂNCIA	
Karlla Christine Araújo Souza	
Maria Soberana de Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>127</b>
TARTARUGAS MARINHAS NA COSTA AMAZÔNICA PARAENSE: OCORRENCIAS E	

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA PESCADORES ARTESANAIS

Roberta Sá Leitão Barboza

Claudia Nunes Santos

Luis Junior Costa Saraiva

Darcy Flexa Di Paolo

Juarez Carlos Brito Pezzuti

**DOI 10.22533/at.ed.4521917019**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 145**

## FESTA, MERCADO E TURISMO: BLOCOS, MARACATUS E A POLÍTICA DE EDITAIS EM FORTALEZA

**Danielle Maia Cruz**

Universidade de Fortaleza, Fortaleza- Ceará

**RESUMO:** No contexto de expansão do turismo, radicalizado pelo fenômeno da globalização, órgãos públicos e empresas privadas, movidos pela lógica mercantil, têm compreendido práticas culturais como produtos importantes. Sob essa ótica, festas, ritos e tradições, entendidos como mecanismos de visibilidade e construção identitária, têm sido recriados como eventos espetacularizados. Com proposta etnográfica, este trabalho analisa os recentes processos de mudanças das festas carnavalescas em Fortaleza, ocorridos entre os anos 2009 e 2012. Dentre outras, a finalidade era tornar a cidade atrativa ao turista a partir de seus festejos tradicionais. Nessa perspectiva, a criação da política de editais em 2006 foi a de maior amplitude, pois estabeleceu nova dinâmica na concessão de recursos, outras configurações festivas e formas de controle da festa, além de processos de mercantilização da cultura. Com base nas atividades dos blocos de pré-Carnaval e maracatus, esta pesquisa centra-se nos efeitos dessa política cultural na lógica composicional das manifestações citadas a partir dos critérios postulados nos editais. No plano teórico, cultura, tradição, mercado e turismo serão discutidos de forma

articulada, evidenciando os pontos de tensão nessas festividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** blocos de pré-Carnaval, maracatus, editais, Fortaleza

**ABSTRACT:** In the context of the expansion of tourism, radicalized by the phenomenon of globalization, organizations and private entities, incentivated by the mercantile logic, have understood cultural practices as important products. From this point of view, festivals, rites and traditions, once understood as mechanisms of visibility and identity construction, have been recreated as spectacular events. With ethnographic proposals, this work aims at analyzing the recent processes of changes of carnival parties in Fortaleza that took place from 2009 to 2012. Among others, the purpose of those projects was to make the city more attractive to the tourist from its traditional festivities. From this perspective, the creation of the notices policy in 2006 was the one of with greater amplitude, since it established new dynamics in the concession of resources, other festive configurations and party control, besides other processes as, for example, the culture commercialization. Based on the activities of the pre - carnival and maracatus blocks, this research focuses on the effects of this cultural policy on the compositional logic of the manifestations quoted from the criteria

postulated in the edicts. At the theoretical level, culture, tradition, and tourism will be discussed in an articulated way, highlighting the points of tension in these festivities.

**KEYWORDS:** Carnival. Maracatu. Policy. Fortaleza.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão sobre os recentes processos de mudança nas festas carnavalescas de Fortaleza. Com base em uma pesquisa de caráter etnográfico, o objetivo é analisar como as recentes políticas culturais municipais de fomento aos festejos carnavalescos, implementadas na gestão da prefeita Luizianne Lins, sobretudo em seu segundo mandato, entre 2009 e 2012, operaram na lógica composicional de manifestações carnavalescas tradicionais na cidade, como os blocos de pré-Carnaval e os maracatus.

Na atualidade, as festas carnavalescas em Fortaleza se iniciam com o pré-Carnaval, um mês antes do Carnaval propriamente dito e, se prolongam até a chamada terça-feira gorda, quando cessam na cidade as atividades carnavalescas ocorridas nos três dias do feriado nacional que antecedem à quaresma. Durante o pré-Carnaval, festa que surgiu em Fortaleza em 1981, há somente apresentações de blocos, geralmente em ruas, avenidas, praças e largos da cidade. Mas no Carnaval propriamente dito, ocorrem desfiles, em caráter competitivo, de manifestações culturais diversas, como escolas de samba, afoxés, blocos de sujo e maracatus. Com a chegada dessa temporalidade festiva, diferentes espaços da cidade adquirem novos sentidos a partir dos usos de agentes diversos, principalmente brincantes e poder público.

De uma perspectiva pontual, o interesse pelo tema deu-se pelas mudanças ocorridas nas festas carnavalescas em Fortaleza a partir de 2006, decorrentes de medidas tomadas na gestão da prefeita Luizianne Lins, principalmente a criação da política de editais. Para se ter uma ideia, a partir de então, houve na cidade maior investimento financeiro da prefeitura na infra-estrutura do pré-Carnaval e do Carnaval, ampla divulgação publicitária dessas festas pelas secretarias de cultura e turismo de Fortaleza, criação de espaços festivos oficiais, aumento do número de blocos de pré-Carnaval e agremiações carnavalescas, além do fomento concedido às apresentações dos blocos de pré-Carnaval e agremiações, embora seja importante destacar que os maracatus já recebiam verba municipal desde os anos 1960, quando a prefeitura de Fortaleza se inseriu oficialmente na festa carnavalesca da cidade.

Quanto ao recorte empírico, a opção foi restringi-lo às atividades dos blocos de pré-Carnaval e aos maracatus. Com relação aos blocos, a escolha deu-se pelo fato de aquela ser a única prática cultural realizada na cidade durante o pré-Carnaval, além das importantes mudanças que ocorreram em torno dela a partir da implementação do edital, como, por exemplo, sua inserção no calendário oficial das festas carnavalescas de Fortaleza. Desde então, a festa cresceu e se expandiu na cidade; também se

estabeleceram novos modos de relação entre a prefeitura e os brincantes, sobretudo em razão das exigências postuladas no edital pela prefeitura, devendo ser cumpridas pelos blocos contemplados com o recurso municipal. Até a criação dos editais, os brincantes de blocos realizavam suas apresentações a partir de lógicas próprias e esforços particulares, havendo eventuais repasses de verba municipal. Quanto aos maracatus, em que pese a diversidade de manifestações que ocorrem no Carnaval propriamente dito, a decisão se pautou em alguns aspectos. Entre outras coisas, a opção foi reforçada a partir da ênfase da gestão da prefeita quanto ao incentivo que seria concedido aos maracatus em seu período político, destacando em seus discursos a promessa de estímulo aos festejos carnavalescos da cidade a partir da valorização das tradições locais, especialmente os maracatus.

Tomando como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2009 e 2012, o presente artigo tem como objetivo analisar como brincantes e poder público negociaram com as regras postuladas no edital. Precisamente, como brincantes de blocos de pré-Carnaval e maracatus negociaram com as novas regras postuladas a partir da implementação da política de editais, bem como os interesses subjacentes às ações do poder municipal ao incentivar as festas carnavalescas da cidade.

O argumento é que o propósito da prefeitura de Fortaleza com a implementação dos editais de fomento às festas carnavalescas era redimensionar a imagem cidade, difundindo assim representações associadas às suas festas tradicionais cujo interesse era principalmente turístico. Ou seja, a ideia era divulgar a cidade também a partir de suas festas populares e não somente de suas belezas naturais como vinha ocorrendo desde os anos 1990.

## **2 | POLÍTICAS CULTURAIS EM CENA: IDEIAS, NOÇÕES E JUSTIFICATIVAS**

A promessa de apoio financeiro e simbólico às manifestações culturais de Fortaleza foi aspecto marcante da gestão da prefeita Luizianne Lins. Um marco importante se deu com a realização de diversas ações com o objetivo de demarcar o papel político, institucional e administrativo do poder municipal no campo cultural da cidade. No âmbito das festas, o incentivo às festividades carnavalescas foi evidenciado principalmente no período entre 2009 e 2012. Afirma-se, por exemplo, no Programa de Governo do segundo mandato da prefeita o intuito de consolidar o pré-Carnaval e o Carnaval de Fortaleza (FORTALEZA, 2008, p. 46).

Da análise dos oito anos da gestão da prefeita (2004-2012), especialmente no seu segundo mandato, verifiquei que mudanças importantes ocorreram naquelas festas. De um modo geral, houve, por parte da prefeitura, maior investimento financeiro na infraestrutura do pré-Carnaval e do Carnaval, ampla divulgação publicitária dessas festas pelas secretarias municipais de Cultura e Turismo, criação de espaços festivos oficiais (denominados pela prefeitura polos de Carnaval), contratação de artistas de

repercussão nacional para realização de *shows* na cidade, entre outras medidas. Mas, das mudanças promovidas nas festas carnavalescas de Fortaleza, a implementação de uma política cultural de fomento às apresentações dos blocos de pré-Carnaval e das agremiações carnavalescas foi a de maior amplitude. Isso ocasionou o notório crescimento da festa, principalmente do pré-Carnaval. Surgiram também novas agremiações carnavalescas, mas nada comparado aos blocos de pré-Carnaval. Em partes, isso se deveu ao fato de que as agremiações carnavalescas já contavam com o apoio financeiro do poder municipal desde a década de 1960, quando ocorreu a inserção oficial da prefeitura na festa. Considere-se também que os trâmites de criação dos blocos são mais simplificados do que o das agremiações. No caso dos maracatus, por exemplo, além dos elevados custos para a preparação de uma apresentação, há questões simbólicas que atravessam o surgimento de um grupo na cidade, como as ideias em torno da tradição.

Para se situar quanto ao crescimento do pré-Carnaval na cidade, os dados fornecidos pelo departamento financeiro da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) são um bom indicativo. Informa-se que 40 blocos receberam a verba municipal no primeiro ano do edital, aumentando para 45 em 2008. Os números também cresceram entre 2009 e 2011, pois 50 blocos foram apoiados com o recurso municipal. Já em 2012, a Secultfor deu conta da atuação de 114 blocos na cidade, sendo 60 contemplados com a verba municipal (FORTALEZA, 2012). Mas não se pode mensurar o crescimento do pré-Carnaval somente pela totalidade de blocos aprovados nos critérios do edital. Por toda a gestão da prefeita, algumas apresentações contaram somente com o apoio dos guardas de trânsito; outras surgiram momentaneamente, sem nenhuma autorização prévia da prefeitura.

Com a implementação dos editais municipais de pré-Carnaval e Carnaval, a relação entre o poder municipal e os brincantes mudou, como sinalizou a propaganda política referente à reeleição de Luizianne Lins em 2008. Dada a experiência com a criação dos editais para diferentes áreas na primeira gestão da prefeita, divulgou-se no material publicitário da campanha de 2008 que “[...] os editais inauguraram uma nova forma de relação entre o poder público e os agentes da cidade”. No âmbito das festas carnavalescas, as mudanças ocorreram, sobretudo no pré-Carnaval, pois no passado a participação da prefeitura ocorria exclusivamente mediante apoio logístico e eventuais repasses de verbas municipais. A partir dos editais, com o apoio financeiro da prefeitura, surgiram blocos de pré-Carnaval em diferentes partes da cidade. Além disso, a criação do edital implicou em regras quanto ao conteúdo das apresentações carnavalescas, contrariando o que vinha ocorrendo desde 1981, quando surgiu o primeiro bloco de pré-Carnaval na cidade e as apresentações eram elaboradas desde então pelos brincantes a partir de suas ideias e interesses.

Sobre o Carnaval propriamente dito, antes da política de editais, não havia critérios preestabelecidos pela prefeitura sobre a concessão da verba municipal, nem um valor fixo a ser repassado às agremiações carnavalescas, de modo que os recursos

variavam de acordo com o orçamento municipal de cada ano. Assim, da década de 1960, quando a prefeitura se inseriu oficialmente nos festejos de rua de Fortaleza, até o ano de 2007, quando ocorreu a suspensão das atividades da Federação das Associações Carnavalescas Cearenses (FACC), em razão de problemas de prestação de contas com a prefeitura, um percentual do orçamento municipal para as festas de Carnaval era diretamente repassado à Federação no período do Carnaval. De acordo com o estatuto da Federação, a partir de critérios próprios, ela retinha 20% do valor total e distribuía o restante dos recursos entre os grupos de maracatu, escolas de samba e blocos de sujos, de acordo com a categoria na qual estivessem inseridos. Havia, portanto, agremiações que recebiam um percentual mais elevado em relação a outras.

Durante todo o seu período de atuação, a FACC representou os interesses das agremiações frente à sociedade civil e ao poder público, exceto dos blocos de pré-Carnaval, pois estes não eram associados à entidade e também não tinham nenhuma associação representativa. Quanto aos maracatus, era de responsabilidade da FACC pleitear apresentações em datas comemorativas da cidade, buscar apoio de patrocinadores para os desfiles de Carnaval, além de receber o fomento municipal, repassá-lo às agremiações e dele prestar contas ao fim das festas. Mas em razão da suspensão de suas atividades, nos anos 2008 e 2009 a Secultfor arcou sozinha com a organização dos desfiles na avenida Domingos Olímpio.

Para credenciar uma entidade com competência para assumir algumas responsabilidades que antes cabiam à FACC, como a organização dos desfiles das agremiações, a Secultfor lançou em 2009 o I Edital de Chamamento Público. A Associação Cultural das Entidades Carnavalescas do Estado do Ceará (ACECCE) venceu o concurso. Fundada em 1999, essa entidade era responsável, até 2008, pelo apoio às agremiações carnavalescas e pela realização de eventos, como o Dia do Maracatu, em Fortaleza. Com a nomeação, coube à Associação organizar junto à Secultfor os desfiles das agremiações carnavalescas, representar as entidades frente à sociedade civil, captar recursos e elaborar as regras da competição.

Além da nomeação da ACECCE, a criação de uma política de editais foi outra mudança realizada pela prefeitura nas festas carnavalescas. De acordo com os funcionários da Secultfor, essa medida foi tomada principalmente com o intuito de estabelecer uma nova forma de repasse da verba municipal às agremiações. Assim, foi criada uma equipe, composta por funcionários da Secultfor, para elaborar os editais.

Os recursos municipais passaram a ser repassados diretamente pela prefeitura às agremiações com projeto aprovado conforme as exigências do edital, quanto às regras específicas para a composição das apresentações carnavalescas e para a ocupação do espaço público pelos brincantes. Antes dos editais, os desfiles ocorriam de acordo com os critérios dos próprios brincantes e com algumas regras postuladas pela FACC e relacionadas aos elementos obrigatórios na competição carnavalesca dos maracatus.

Assim, após uma compreensão sobre o cenário das festas carnavalescas de Fortaleza e a criação da política de editais para esses festejos, proponho a seguir uma discussão sobre os editais em si, de forma que a partir da análise dos critérios postulados pela prefeitura para as apresentações dos blocos de pré-Carnaval e dos maracatus sejam evidenciados de forma ainda mais clara os propósitos do poder municipal para essas festas, especialmente as tentativas de controle dessas manifestações, tanto de seu conteúdo como da ocupação do espaço público.

### 3 | CULTURA, MERCADO E TURISMO

Por meio da análise do material veiculado pela prefeitura e das entrevistas com os funcionários da Secultfor, verifiquei que o projeto de mudanças da gestão de Luizianne Lins para os festejos de Carnaval fazia uma contraposição à linha de atuação de gestões passadas. Ocorre que no passado, tanto as gestões municipais como as estaduais conferiram inexpressivo apoio aos desfiles das agremiações carnavalescas. Por toda a década de 1990, no período político denominado “Governo das Mudanças”, foi concedida visibilidade principalmente às festas carnavalescas do litoral do Ceará que seguiam a lógica da indústria cultural. Isto se relacionou ao projeto político da gestão de modernização do estado, que concebeu o turismo como mola propulsora de desenvolvimento econômico local. Daí o estado ter sido fortemente divulgado a partir de suas belezas naturais, especialmente de suas praias, tidas como de grande potencial turístico. Por todo esse período, foram realizadas, em alguns municípios da costa marítima do Ceará, festas de Carnaval com trio elétrico e artistas baianos, provocando significativo fluxo de pessoas em direção a essas localidades. Na época, em razão do inexpressivo público presente aos desfiles das agremiações carnavalescas, Fortaleza foi fortemente propagada como uma cidade sem tradição de Carnaval, o que contribuiu significativamente, segundo os funcionários da Secultfor e os brincantes entrevistados, para a falta de identificação do fortalezense com suas manifestações carnavalescas, como os maracatus.

Ao analisar o material veiculado pela prefeitura na gestão de Luizianne Lins, verifica-se que, diferentemente do Governo das Mudanças, a tônica das mudanças para os festejos carnavalescos seria a valorização das tradições. Assinala o apoio às festas que seguissem a lógica do “resgate dos valores locais” (FORTALEZA, 2012, p. 167). O objetivo seria, portanto, estimular atividades que tivesse como finalidade “[...] fortalecer as raízes culturais de Fortaleza” (FORTALEZA, 2008a). E sobre o Pré-Carnaval, afirma: “[...] é a festa que valoriza a tradição” (FORTALEZA, 2012, p. 58).

De todas as medidas, a implementação de uma política de editais foi, segundo os funcionários da Secultfor, o grande contraponto com as gestões anteriores e uma das medidas responsáveis pelo êxito da prefeitura ao tentar incentivar as festas carnavalescas na cidade, pois estabeleceu uma forma democrática de repasse dos

recursos e também estimulou o crescimento da festa na cidade. Um aspecto importante é que, de todos os instrumentos, o edital era o que explicitava com maior ênfase os elementos simbólicos valorizados pela nova gestão, haja vista as regras fixadas para a lógica composicional das apresentações dos blocos de pré-Carnaval e agremiações carnavalescas e também quanto ao uso do espaço público nos dias festivos pelos brincantes.

No edital do pré-Carnaval, por exemplo, faz-se alusão a um estilo de festa que “[...] dispense trios elétricos e opte pela tradição” (FORTALEZA, 2008b, p. 12). Com relação ao local das apresentações dos blocos, estabelece-se como permitidos “[...] espaços públicos, tais como praças, parques, ruas ou avenidas, com previsão mínima de público superior a 100 pessoas em cada edição”. Quanto à música, é indicado o uso de “[...] bandas de sopro e metais, charanga e/ou bateria fundamentada em ritmo de raiz”. Permite-se também o uso de “[...] carros de som com altura máxima de 3 metros, respeitando o volume máximo de 98 decibéis” (FORTALEZA, 2009, p. 9).

Quando a referência é ao Carnaval promovido pelas agremiações carnavalescas, frisa-se a proposta de uma festa pautada em elementos tradicionais. Precisamente sobre o maracatu, manifestação também privilegiada neste artigo, exige-se que os componentes da corte venham com o rosto pintado de preto, chamado popularmente de “falso negrume”, e que cada grupo apresente:

[...] brincantes que desfilam ao ritmo do batuque, entoando loas, divididos nas seguintes alas: índios, negros-escravos, batuques, baianas, balaieiro, calunga, preto e preta velha, corte representada com suas princesas e príncipes, serviçais portando sombrinhas incensos e abanadores, rainha e rei pintados com falso negrume. O cortejo traz à frente um baliza, quando houver, e uma porta estandarte. A apresentação tem como ápice a coroação da rainha. (FORTALEZA, 2009, p. 1).

Com relação à música, inicialmente, exigiu-se que os grupos reproduzissem uma cadência lenta, peculiar dos maracatus cearenses. Posteriormente, essa regra foi alterada em razão das exigências dos brincantes. Assim, ficou estabelecido que os grupos deveriam reproduzir ritmos característicos de cada maracatu, haja vista a existência, na atualidade, de uma diversidade de sonoridades entre os maracatus cearenses.

Considerando as regras específicas quanto ao conteúdo das apresentações carnavalescas e à dinâmica dos espaços festivos, entendo o edital como um mecanismo de controle, pelo poder municipal, dos festejos carnavalescos. Por meio das entrevistas com os funcionários da Secultfor e do exame do Programa de Governo da prefeita em seus dois mandatos, sobretudo no segundo, verifiquei que o apoio às festas carnavalescas da cidade, com especial atenção à implementação dos editais, foi inserido em uma proposta maior da prefeitura: a de redimensionar, com interesse turístico, as imagens de Fortaleza. O objetivo era associar a cidade às suas manifestações culturais, de modo que, além das belezas naturais, se tornasse atrativa

ao turista também em razão de suas festas populares.

Nos depoimentos, os funcionários da Secultfor atestaram que a finalidade central da prefeitura com as festas carnavalescas não era turística, mas sim incentivar os festejos da cidade, para que fossem desconstruídas representações de Fortaleza como uma cidade sem tradição carnavalesca. Entretanto, vários elementos sinalizaram o interesse da prefeitura em movimentar a indústria do turismo na cidade a partir de festas tradicionais, como o Carnaval. Mais que isso, dados os critérios postulados nos editais quanto ao conteúdo das apresentações carnavalescas, é possível entender que o objetivo do poder municipal era divulgar a cidade a partir de festas populares idealizadas.

Embora já no primeiro mandato da prefeita já se perceba o interesse turístico do poder municipal em relação às festas carnavalescas, foi somente no segundo que isso se apresentou de forma contundente. O importante a destacar é que as medidas de incentivo do poder municipal às festas carnavalescas não foi um ato isolado. Além de estarem em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura, observei que durante os oito anos da gestão da prefeita Luizianne Lins, ocorreram diversas medidas para a valorização dos bens culturais da cidade. Dentre outras finalidades, o interesse turístico estava no centro dessas ações. Surgiram, por exemplo, projetos de requalificação para espaços públicos com forte valor simbólico e turístico, além dos projetos culturais para tombamento de antigas edificações e de manifestações culturais tradicionais. Com relação às festas populares, o *Réveillon*, as festas juninas e os festejos carnavalescos foram bastante incentivados. Do ponto de vista turístico, o apoio a essas festas foi de fundamental importância, pois as mesmas compõem o ciclo festivo anual da cidade e, dessa forma, podem movimentar o fluxo turístico em diferentes períodos do ano letivo.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (UNWTO), referentes a 2012, o turismo tem sido uma das atividades de maior expressividade na economia mundial, superando os resultados da indústria automobilística e de bens duráveis. Trata-se, segundo Guardado Marín (2010), de uma indústria global por articular uma ampla e diversificada cadeia produtiva composta por países, economias, culturas e territórios, ocasionando crescentes fluxos de capitais. De acordo com Rodrigues (2013), a intensificação da indústria do turismo em distintas regiões do mundo iniciou-se na década de 1970, quando o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passaram a incentivar os países dotados de fortes atrativos naturais e culturais a voltar-se para o desenvolvimento de atividades turísticas nesses segmentos. Da experiência mundial, uma constatação é que os países em desenvolvimento vêm realizando esforços para desenvolver atividades atrativas ao turismo, tanto no plano nacional como internacional. A partir das considerações de Harvey (1993), pode-se entender que a busca de entretenimento via turismo está associada à lógica do capitalismo contemporâneo, pautado não mais no sistema produtivo industrial, mas no que o geógrafo denominou de acumulação flexível do

capital, um processo de mudança decorrente do declínio das indústrias extrativo-manufatureiras, em contrapartida ao surgimento das indústrias de serviços. Nesse contexto, instaurou-se uma economia voltada para a produção de bens simbólicos, sendo marcante a notoriedade adquirida pela indústria cultural e do turismo.

Assim, nesse contexto de produção do capital, no qual o turismo se apresenta como uma das atividades econômicas de maior geração de receita, determinadas práticas culturais e patrimônios materiais tornaram-se produtos importantes. Sob essa lógica mercantil, o turismo cultural tem se destacado como uma modalidade em que práticas culturais diversas são recriadas, reinventadas e ainda ressignificadas, sendo configuradas como eventos espetacularizados que buscam reproduzir práticas tradicionais por meio de uma autenticidade imaginada.

Para Greenwood (1989), o turismo é um fenômeno que opera como um movimento de larga escala de mercadorias, serviços e pessoas, e em várias circunstâncias, promove impactos diversos, de forma que a cultura está sendo embalada e vendida como lotes de construção civil, *fast-food* ou mesmo serviços de quarto. O autor argumenta também que a indústria do turismo sugere que todos os recursos naturais, incluindo tradições culturais, têm seus preços; com dinheiro à mão se pode adquiri-los.

No entendimento de Yúdice (2004), nas últimas décadas, a cultura tem sido vista como recurso de desenvolvimento econômico de uma localidade tanto pelo Estado como por empresas privadas. Assim, passou a ser um valioso recurso para investimentos, contestações e interesses socioeconômicos, afirma o autor. Para ele, a cultura passou a ser negociada em vários níveis, dentro de diferentes contextos globalizados; tornou-se um pretexto para o crescimento sociopolítico e econômico de um lugar.

Portanto, é dessa perspectiva, que, no Brasil, algumas manifestações tradicionais vêm sendo foco de atenção de gestores públicos e empresas privadas. Considere-se a ampla adesão de turistas nacionais e internacionais às festas carnavalescas do Rio de Janeiro, Salvador e Pernambuco nas últimas décadas.

Com relação às apropriações mercadológicas das festas de Carnaval, há exemplos bastante significativos. No estado do Pernambuco, os poderes estadual e municipal têm investido nessas festas, notadamente a partir de 2001, quando foi criado o conceito “Carnaval Multicultural” do Recife. Há também o Carnaval de Salvador, objeto de investigação de Moura (2001) e Miguez (1996, 2012). O foco das discussões desses autores é a transformação da folia carnavalesca de Salvador em um negócio rentável a partir do enlace de políticas de cultura e turismo. De acordo com os autores, a finalidade do poder público foi inserir o estado da Bahia no mercado nacional e internacional de bens simbólicos.

Vale ainda notar a configuração dos “carnavais-espetáculos”, conforme categorizou Farias (2000) ao tratar das festas carnavalescas do Rio de Janeiro. Em seus estudos, o autor centra-se ainda nos festejos de São João do Caruaru e no

do Boi-Bumbá de Parintins, quando trata do processo de reinvenção das tradições festivas populares pelos novos modos de operacionalização do sistema capitalista que visa à produção e consumo dos setores de serviço. Ao discutir sobre tradição e modernidade, o sociólogo afirma que o ócio é ressaltado na dinâmica mercantil dessas festas populares a partir de seu aspecto lúdico, alegre e de divertimento.

No Ceará, a mercantilização das festas carnavalescas via ações do turismo foi bastante evidente na década de 1990, quando o governo do estado apoiou as festividades com trio elétrico realizadas em municípios situados no litoral. Embora a gestão municipal anterior tenha realizado alguns esforços para incentivar o Carnaval de rua de Fortaleza, mudanças significativas ocorreram somente na gestão da prefeita Luizianne Lins, sobretudo a partir da implementação dos editais.

Com a expansão do turismo e o crescente interesse do poder público pelas manifestações tradicionais, medidas diversas, foram tomadas na gestão da prefeita com a finalidade de tornar a festa atrativa ao turista. Sobre o edital, pela forma como o mesmo foi criado em Fortaleza, entende-se como uma ferramenta de controle por parte do poder municipal – tanto do conteúdo das apresentações das agremiações como da dinâmica dos espaços festivos –, pois o fomento concedido aos brincantes, como mencionado anteriormente, ocorre mediante o cumprimento dos quesitos estabelecidos no documento.

Assim, entendo que para uma ampla compreensão das festas carnavalescas é preciso realizar uma análise que dê conta da festa em suas múltiplas dimensões, especialmente nas relações com o poder público. Tal lógica permite apreender os embates entre a festa carnavalesca planejada pelo poder municipal, no presente caso a prefeitura de Fortaleza, e aquela que os brincantes realizam a partir de seus esquemas culturais, atualizações, contextos e diálogos com outras tradições culturais, como apresentarei a seguir.

#### **4 | TENSÕES, CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES ENTRE BRINCANTES E PODER PÚBLICO**

O carnaval é uma manifestação coletiva e popular, em tempo especial, marcado pela suspensão da vida cotidiana, pela inversão das hierarquias e valores, pela festa e pela licenciosidade. Na perspectiva da gestão municipal de Fortaleza, entretanto, o tempo de carnaval se apresenta como um período do ano apropriado pelos gestores e transformado em tempo especial na agenda da Secultfor. Assim, aquilo que historicamente se constituiu como uma manifestação essencialmente popular passa a ser gerido pelo poder público que fornece recursos financeiros, e, em contrapartida, estabelece as condições de apresentação das agremiações carnavalescas.

Tornou-se um tempo permanentemente negociado entre gestão municipal e

brincantes, pois, apesar das regras impostas nos editais, é preciso considerar que os brincantes constantemente ressignificam suas práticas a partir de suas lógicas próprias. Mesmo que a prefeitura sugira o caráter inovador dessas atividades na cidade, não se trata exatamente de criação de uma temporalidade, já que as práticas carnavalescas dos blocos e dos maracatus são bastante anteriores aos editais. Mas, evidentemente, há uma tentativa de controle deste tempo festivo em Fortaleza. As formas de controle perpassam toda a festa, desde as exigências dos editais às agremiações para obtenção de recursos públicos, a fiscalização da festa em si mediante o edital de seleção de entidades civis e a posterior prestação de contas para a prefeitura.

Certamente, nos últimos anos, mudanças importantes ocorreram nas festas carnavalescas na gestão da prefeita Luizianne Lins. De maneira geral, houve o maior investimento financeiro da prefeitura na infraestrutura do pré-Carnaval e do Carnaval, a criação das secretarias de Cultura e Turismo, maior divulgação publicitária dessas festas, configurações de novos espaços festivos denominados polos de Carnaval, além da implementação da política de editais voltada ao fomento das apresentações dos blocos de pré-Carnaval e agremiações carnavalescas, tendo sido este o aspecto de maior interesse para os objetivos deste artigo.

De forma mais detida, com relação às mudanças do pré-Carnaval, destaca-se a inserção dessa festa no calendário oficial da Secultfor logo no início da primeira gestão de Luizianne Lins. Concomitantemente, foi lançado o edital de pré-Carnaval voltado ao fomento das apresentações dos blocos, o que ocasionou o crescimento e uma maior visibilidade da festa na cidade. Sobre o Carnaval propriamente dito, a festa na avenida Domingos Olímpio, espaço tradicional dos desfiles das agremiações, contou com um maior investimento de infraestrutura; foi nomeada uma nova entidade representativa das agremiações carnavalescas; ocorreu o aumento do valor financeiro repassado às agremiações carnavalescas; configuraram-se novos espaços festivos também denominados polos de Carnaval; além da criação do edital de Carnaval em 2008, ocasionando o surgimento de novas agremiações carnavalescas na cidade e o estabelecimento de regras específicas quanto à composição dos desfiles de Carnaval.

Disso tudo, o aspecto de maior relevância foi a criação da política de editais, pois se, por um lado, ocasionou o crescimento e a expansão da festa na cidade, por outro, provocou mudanças nas relações entre brincantes e poder público, dados os novos critérios quanto ao repasse da verba municipal, ao conteúdo das apresentações e à ocupação do espaço público. É certo que o controle do poder municipal sobre essas festas existe há décadas, mas novos mecanismos foram estabelecidos com a implementação dessa política cultural. Exemplo disso, é que, a partir dos editais, somente agremiações com projetos aprovados nas exigências da Secultfor passaram a ser contemplados com a verba municipal. Mas, se, por um lado, surgiram novas formas de ordenar e reger essas festividades, por outro, os brincantes, a partir de esquemas culturais particulares, negociaram com o poder público esses quesitos.

Com relação às mudanças nos blocos de pré-Carnaval geradas pela criação da

política de editais, dos dados coletados, verifiquei que o edital, apesar de algumas interferências, não recriou os blocos. No período das observações de campo, observei que alguns blocos elaboravam suas apresentações a partir dos critérios do edital e, nesse sentido, seguiam as regras sem grandes questionamentos e conflitos com a prefeitura. Mas existiam também os que inseriam novos elementos na apresentação, produzindo algo com características bem distintas dos demais blocos. Havia ainda os que questionavam veementemente os novos modos de inserção da prefeitura na festa.

Sobre os maracatus, também não se pode afirmar que a implementação do edital reinventou essa manifestação cultural. O ponto de tensão central que surgiu entre os maracatus e o poder público a partir das novas mudanças relaciona-se ao estilo de festa conformado na cidade com o apoio da prefeitura, de forma que as festas dos blocos de pré-Carnaval e os *shows* com bandas nacionais promovidos durante o Carnaval, por exemplo, adquiriam ampla visibilidade, contrariando, segundo os brincantes, o projeto anunciado pela prefeitura de valorização das manifestações tradicionais, a exemplo do maracatu.

Constatei ainda que no projeto de mudanças da gestão da prefeita Luizianne Lins para as festas carnavalescas da cidade, blocos de pré-Carnaval e maracatus foram vistos como instrumentos capazes de expressar valores identitários e, nesse sentido, pertencimento e distinção. Com relação aos blocos, fez-se, portanto, a proibição de festas com trio elétrico e *axé music* ou música eletrônica. Uma questão importante quanto aos blocos é que por meio do estilo de festa proposto, com incentivo a bonecos gigantes e bandas de sopro e metal, além da participação de artistas com repertório tido como cultural e ainda apoio aos festejos de blocos com inspirações nas festas carnavalescas do Recife e do Rio de Janeiro, a prefeitura se reportou a tradições que marcam o Carnaval Multicultural do Recife e às festas dos blocos de rua do Rio de Janeiro, mas que não fazem parte das tradições dos carnavais de Fortaleza e do Ceará. Assim, o incentivo a esse estilo de festa se aproxima de uma tentativa de “invenção das tradições”, no sentido dado à expressão por Hobsbawn (2008), que se refere não apenas às tradições realmente criadas e formalizadas institucionalmente, mas também àquelas práticas que se estabelecem rapidamente com esse estatuto, ainda que possam ter construção recente (HOBBSAWN, 2008, p. 9). Quando aos maracatus, o ponto central que se coloca com a implementação dos editais é o reforço à tradição, uma vez que ocorreu a obrigatoriedade do rei e da rainha de pintarem suas faces com tinta preta, reforçando assim uma prática já tradicional dos maracatus cearenses.

Dessas considerações, o aspecto principal que se apresenta é que, apesar das regras estabelecidas pela prefeitura quanto ao conteúdo das apresentações e ocupação do espaço público, os brincantes subverteram em alguns momentos a ordem planejada. Um exemplo interessante refere-se aos fluxos das pessoas entre os diferentes espaços da festa. De acordo com os funcionários da Secultfor entrevistados,

na gestão da prefeita Luizianne Lins, tanto no pré-Carnaval como no Carnaval, foram criados espaços festivos oficiais denominados de polos de Carnaval cujo propósito era regradar os grandes fluxos de pessoas entre os diferentes espaços festivos da cidade, especialmente os deslocamentos de pessoas da periferia para áreas festivas mais distantes de suas residências, como a Praia de Iracema – área nobre da cidade, à beira-mar e com concentração da zona hoteleira. Para os funcionários da Secultfor, a tentativa de regramento da festa se apresentava apenas como uma questão de logística, pois a concentração das atividades carnavalescas em locais específicos viabilizava o ordenamento da festa pela prefeitura. Já para os brincantes dos blocos de pré-Carnaval e maracatus, isto era uma tentativa da prefeitura de elitização dos espaços festivos. Sobre isto, constatei que os polos de Carnaval se apresentaram como um mecanismo da prefeitura de regramento dos fluxos de pessoas entre as diferentes áreas festivas da cidade. Além disso, a criação dos polos explicitou o interesse turístico da prefeitura em divulgar a cidade ao turista também a partir de suas manifestações tradicionais. Foi, por exemplo, concedido apoio financeiro e visibilidade principalmente às festas realizadas nas zonas turísticas da cidade e naquelas que de alguma forma remetem à ideia de tradição.

Contudo, diferentemente do planejado pelo poder municipal, foi significativo o trânsito de pessoas entre os polos situados em áreas diferentes da cidade. Isto mostra que, embora existam regras de conduta específicas para guiar as condutas dos brincantes, quando se trata de cultura, tradições e mudanças, é preciso considerar que essas categorias dependem dos sentidos que os indivíduos conferem à ação (GEERTZ, 1990) e do modo como são ressignificadas na prática (SAHLINS, 1990). Dessa perspectiva, embora surjam formas de controle e ordenamento das festas carnavalescas, sobretudo nos processos em que a cultura é atrelada à lógica mercantil, isto não quer dizer que não existam conflitos e negociações em relação ao projeto de mudanças que se impõe, ainda que tudo isso efetivamente venha a ocorrer.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como campo empírico as atividades carnavalescas dos blocos de pré-Carnaval e dos maracatus na cidade de Fortaleza, o objetivo deste artigo foi apreender as recentes mudanças ocorridas nessas festividades, geradas principalmente a partir da criação dos editais municipais do pré-Carnaval e do Carnaval, ocorrida, respectivamente, em 2006 e 2008. Isto se relacionou a um conjunto de propostas, em acordo com o poder estadual, realizadas no decorrer dos oito anos da gestão da prefeita Luizianne Lins, sobretudo no seu segundo mandato, entre 2009 e 2012.

O pressuposto central no qual este artigo foi construído é que as ações promovidas pela prefeitura de Fortaleza na gestão de Luizianne Lins com o propósito de incentivar as festas carnavalescas de Fortaleza visaram, dentre outras coisas, difundir imagens

da cidade associadas às suas festas populares, de forma que a capital cearense se tornasse atrativa ao turista não somente pelas belezas naturais, mormente as praias, conforme vinha ocorrendo, principalmente a partir dos anos 1990, mas também por suas manifestações culturais, como as festas carnavalescas.

Os dados de campo revelaram que a proposta de mudanças da gestão da prefeita Luizianne Lins fazia contraposição ao trato de gestões anteriores com essas festividades, especialmente ao período conhecido como “Governo das Mudanças”, quando o estado procurou forjar “comunidades imaginadas” de exaltação ao progresso – no sentido dado ao conceito por Anderson (1994), que se refere a ideias construídas, baseadas em valores afirmados e reafirmados para que sejam introjetados como próprios de uma comunidade. Neste período político, o litoral cearense já visto, por gestões anteriores, como recurso de desenvolvimento econômico local via ação do turismo, foi consolidado como atrativo turístico. Assim, festas carnavalescas com trio elétrico na costa marítima foram significativamente apoiadas pelo estado, ao contrário do que ocorreu com o Carnaval de rua de Fortaleza, acarretando, por toda a década de 1990, a difusão de representações da cidade como sem tradição carnavalesca, convidativa ao repouso, e do fortalezense como um povo de pouca identificação com suas práticas culturais, embora as agremiações carnavalescas, a exemplo dos maracatus, continuassem realizando seus desfiles carnavalescos na cidade.

Em síntese, conclui-se que, a intervenção do poder municipal promoveu alguns rearranjos simbólicos tanto nos blocos de pré-Carnaval e maracatus, como na cidade, pois novas imagens sobre Fortaleza foram difundidas por meio das festas de Carnaval. Assim, se no passado a cidade era divulgada no período carnavalesco como silenciosa, vazia e convidativa ao descanso, como se observa nas matérias jornalísticas, em anos recentes, foram difundidas imagens da cidade atrelada às suas tradições locais, como as festas de Carnaval.

Conclui-se ainda que apesar da gestão municipal ter procedido ao incentivo e controle das festas carnavalescas por meio de imposições quanto ao tempo de início e término das apresentações, os percursos a serem realizados e os espaços a serem ocupados pelos blocos – além da exigência de determinados elementos nessas manifestações, houve a atualização destes a partir dos interesses particulares dos brincantes que incorporaram novos elementos dentro do esquema cultural que lhes é próprio, em acordo com a formulação de Sahlins (1990). Quanto a esse aspecto, foi importante atentar para a noção de cultura subjacente aos discursos e práticas dos gestores municipais à época da gestão da prefeita responsáveis pela formulação e implementação dos editais de pré-Carnaval e Carnaval. Foi em torno dos usos dos conceitos de cultura e tradição que surgiram as tensões em torno dessas festas. Afirma-se o entendimento de cultura em sua pluralidade e diversidade, porém a referência constante é a busca das raízes e tradições, repondo com isso visões essencializadas sobre cultura.

## 6 | REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1994.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca**: dos bastidores ao desfile. Rio Janeiro: UFRJ, v. 6, 2008.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.
- FARIAS, Edson Silva. **O desfile e a cidade**: o carnaval-espetáculo carioca. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Ócio e negócio**: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- FORTALEZA. Secretaria de Cultura de Fortaleza. **Edital**: outubro. Fortaleza: PMF, 2008.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Cultura de Fortaleza. **Edital**: outubro. Fortaleza: PMF, 2009.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.
- GREENWOOD, Davydd J. Culture by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization. In: SMITH, Valene (Ed.). **Hosts and guests**: the anthropology of tourism. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1989.
- GUARDADO MARÍN, Gustavo. **Turismo, globalización y mercantilización del espacio y la cultura en la Riviera Maya**: un acercamiento a tres escenarios. Mérida, ES: CIESAS, 2010.
- HARVEY, David. **The condition of postmodernity**. Oxford: Basil Blackwell, 1993.
- MIGUEZ, Paulo Cesár. **Carnaval baiano**: as tramas da alegria e a teia de negócios. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- \_\_\_\_\_. O carnaval da Bahia: um desafio para as políticas culturais. **Repertório**, Salvador, n.19, p.136-138, 2012.
- MOURA, Milton. **Carnaval e baianidade**: arestas e curvas na coreografia de identidades do Carnaval de Salvador. 2001. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. **Brasil e América Latina**: percursos e dilemas de uma integração. Fortaleza: UFC, 2013. No prelo.
- SAHLINS, Marshal. **Ilhas de história**. Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos e abusos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-045-2

